

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão III

**DESPACHO****Processo nº 20.352/2024****Processo Licitatório nº 07.408/2024****Pregão Eletrônico nº 90.086/2024**

**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO, sob demanda, de KIT ENXOVAL PARA RECÉM NASCIDOS, para atender a necessidade do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, pelo período de 1 (um) ano.**

**I. DO RELATÓRIO**

Aberta a fase de habilitação da sessão do pregão eletrônico nº 90.086/2024, foi solicitado a empresa vencedora, conforme a ordem de classificação, MHT DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA, o envio, através do sistema, da documentação de habilitação, nos termos dos artigos. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021 e especificadas no edital.

Quanto a habilitação técnica, dos atestados de capacidade técnico-operacional apresentados, foram considerados válidos para atendimento às exigências do edital, quanto ao quantitativo mínimo exigido da parcela de maior relevância (item 19.1.3 do edital), referente ao fornecimento de kit de enxoval para recém, objeto desta licitação, em períodos concomitantes atendendo ao disposto no item 19.1.4 do instrumento convocatório.

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão III

## I. RESUMO DO RECURSO

A Recorrente, também tempestivamente, apresentou, por meio do Sistema Compras.gov.br recurso pedindo a reconsideração da decisão conforme as considerações apresentadas abaixo:

A recorrente sucintamente alega que, (i) o atestado apresentado, não é compatível com o solicitado no edital; (ii) certidão simplificada da junta comercial, consta vencida; (iii) não apresentação dos registros da AVISA e certificado de boas práticas dos produtos;

## III. DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida, também tempestivamente, apresentou, por meio do Sistema Compras.gov.br, suas contrarrazões rebatendo as alegações do recurso apresentado pela empresa **MERAKI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME**, conforme as considerações apresentadas abaixo:

A recorrida sucintamente alega que, (i) não haver necessidade de apresentação de notas fiscais por não restar dúvidas quanto a apresentação dos atestados de capacidade técnica; (ii) que a certidão simplificada não figura como documento essencial, podendo o pregoeiro analisar, diligenciar para nova certidão ou apurar através de outro documento equivalente, assim a mesma não é documento essencial para a desclassificação, neste sentido, não há prazo de validade específico para certidão emitida pela JUCERJA, uma certidão é válida enquanto não há uma posterior alteração contratual na empresa (iii) que a não há necessidade de apresentação de nenhum documento, de acordo com o item 4.2, o licitante deveria apenas apresentar na proposta produtos que possuíssem ANVISA, o que restou plenamente atendido.

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão III

#### IV. DA ANÁLISE DO PREGOEIRO

**Quanto as alegações que (i) o atestado apresentado, não é compatível com o solicitado no edital.**

Inicialmente é preciso esclarecer, conforme Joel de Menezes Niebuhr descreve, que a “Administração Pública, ao avaliar a qualificação técnica dos licitantes, pretende aferir se eles dispõem dos conhecimentos, da experiência e do aparato operacional suficiente para satisfazer o contrato administrativo.” Dentre os documentos arrolados taxativamente pela Lei de Licitações para cobrar dos licitantes para fins de qualificação técnica, existem os atestados de capacidade técnica que estão estipulados no art. 67, da Lei nº 14.133/21.

Os atestados de capacidade técnica têm a finalidade de comprovar para a Administração Pública, por intermédio de um documento subscrito por terceiro alheio à disputa licitatória, de que o licitante já executou o objeto licitado em outra oportunidade e a referida execução foi a contento, o que gerará confiança e segurança à Administração licitadora de o aludido licitante possuir expertise técnica.

Portanto, a apresentação de atestados visa demonstrar que os licitantes já executaram, anteriormente, objetos compatíveis em características com aquele definido e almejado na licitação. A finalidade da norma é clara: resguardar o interesse da Administração – a perfeita execução do objeto da licitação -, procurando-se, com a exigência de demonstração de capacidade, preservar a competição entre aqueles que reúnam condições de executar objeto similar ao licitado,

Por todas estas razões, não resta dúvida que os agentes públicos deverão atuar ao examinar os atestados com esteio nos princípios, dentre outros, da razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e do formalismo moderado. Não se devem excluir quaisquer licitantes por equívocos ou erros formais atinentes à apresentação do atestado, até porque, lembrando escólios de Benoit, o processo licitatório não é uma verdadeira gincana ou comédia. Ao se prescrever que a licitação é um processo administrativo

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

## Comissão de Pregão III

formal nos termos da Lei nº 14.133/21 não significa formalismo excessivo e nem informalismo, e sim um formalismo moderado. Como dito por Hely Lopes Meirelles, “a orientação é a dispensa de rigorismos inúteis e a não exigência de formalidades e documentos desnecessários à qualificação dos interessados em licitar.”

A finalidade da licitação deve ser sempre atender o interesse público, buscar a proposta mais vantajosa, deve haver igualdade de condições, bem como os demais princípios resguardados pela constituição. Ao analisar os argumentos da recorrente quanto a apresentação de Documentações de Habilitação Técnica, a Comissão de Licitação informa que ao revisar os documentos de Habilitação da recorrente, e após minuciosa análise verificou que no Atestado de Capacidade Técnica emitido pela Prefeitura de Araruama, cujo objeto é “MATERIAIS PARA LACTÁRIO (USO HOSPITALAR)” e até mesmo enxovais, é possível verificar que constam aquisições similares, idênticas e até superior ao solicitado.

Diante dos apontamentos acima descritos, não é permitido pela Lei exigir que o licitante tenha fornecido material idêntico ao licitado, à medida que restringe a competição, diminui o universo de competidores e frustra o objetivo maior da licitação que é a obtenção da proposta mais vantajosa.

Analisando os atestados de capacidade técnica da recorrida, NOTA-SE que trata de objetos correlatos e até idênticos, apesar de não poder ser exigido tal, desse modo, esta pregoeira não ver motivo algum para sua inabilitação, já que a mesma apresentou os Atestados em conformidade com o edital.

## V. DA ANÁLISE JURÍDICA

Instada a se manifestar a Procuradoria Geral Municipal, exarou parecer jurídico, parte integrante desta decisão, independente de transcrição, onde de forma sucinta

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão III

concluiu que: (i) “... no tocante à qualificação técnica, do ponto de vista jurídico, bastando a apresentação de atestados de capacidade técnica comprovando a execução de objeto similar/semelhante, a exigência teria sido cumprida pela recorrida...”.

## VI. DA ANÁLISE TÉCNICA

Quanto à análise por parte da secretária requisitante, a mesma após minuciosa análise, entende que foram apresentados pelas empresas MHT DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS atestados de capacidade técnica que demonstram a execução de serviços com objeto similar ao ora licitado. Desta forma, esta secretaria acompanha o parecer exarado do pela por esta Pregoeira...”;

Desta forma, visto que, entendeu esta pregoeira, que os atestados apresentados pela empresa MHT DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS, atendiam aos requisitos do EDITAL. Retendo-se apenas ao que concerne a comprovação da Qualificação Técnico-operacional da empresa esta pregoeira e equipe de apoio, subsidiados pelo parecer jurídico e análise técnica da secretaria requisitante, decidiram pela aceitação dos atestados apresentados, declarando a empresa licitante, MHT DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS, habilitada no pregão em comento.

Em 28/08/2024 a empresa participante do certame, MERAKI COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME, após o indeferimento do recurso, suscitou novamente dúvidas quantos aos atestados apresentados pela empresa habilitada, os quais não concorda com a decisão do Recurso, alegando fazer-se necessário a apresentação da NFE para comprovação de veracidade.

Por todo o exposto, restou encaminhada, na forma que dispõe o subitem 26.11 do edital do Pregão Eletrônico nº 90086/2024, à Secretária Municipal de Saúde para análise e manifestação, quanto ao caso em questão, que opinou para seja diligenciado à licitante MHT DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA, notadamente para fins de apresentação das Notas Fiscais de entrega dos itens alusivos ao Atestado de

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão III

Capacidade Técnica emitido pela empresa LAGOA E MAR FARMACÊUTICA E PERFUMARIA LTDA, com o desiderato de resguardar maior segurança na contratação pública.

Neste sentido, no dia 17 de setembro de 2024 restou enviado para a empresa MHT DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA em sede de diligência, solicitando os contratos e notas fiscais pertinentes, sendo os mesmo imediatamente enviados, comprovando assim a regularidade da empresa inicialmente vencedora.

Atenciosamente

Nova Friburgo, 27 de setembro 2024

**Fernanda Medeiros Rodrigues**  
Pregoeira – Comissão de Pregão III  
Matricula: 468.036